



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia QUARTA-FEIRA, 30 :: MARÇO :: 2016

MPSE e Polícia Civil entram no Caso PMA-Cavo

O contrato emergencial entre a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) e a empresa Cavo Saneamento, ligada ao grupo Estre Ambiental, para a execução do serviço de limpeza urbana e coleta de lixo em Aracaju, entrou na mira do Ministério Público Estadual (MPE) e da Polícia Civil. As representações criminais movidas nas últimas semanas pela empresa Torre Empreendimentos - que era a então responsável pelo serviço - provocaram a abertura de investigações que já têm a participação do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa (GCia) e do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e a Administração Pública (Deotap).

No lado do MPE, deve ser concedida hoje, às 9h30, uma entrevista coletiva com o promotor Henrique Cardoso, coordenador do GCia, e a promotora Mônica Hardman, responsável pela área de Serviços de Relevância Pública. A assessoria do órgão não adiantou o conteúdo da coletiva, mas indicou que serão anunciadas "providências implementadas pelo MP acerca dos problemas na coleta e no transporte do lixo em Aracaju". Sabe-se que pode ser um desdobramento da audiência realizada no último dia 21 pelo MPE, onde a própria Mônica Hardman tentou firmar um acordo entre a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb), as duas empresas e a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), responsável pela autuação de caçambas e caminhões usados pela Cavo para o recolhimento e transporte emergencial do lixo - as quais não tinham a licença ambiental exigida em lei.

Na ocasião, não houve acordo, mas todas as partes entregaram muitos documentos para a análise dos promotores, tentando demonstrar a presença - ou ausência - de ilegalidades na licitação emergencial aberta às vésperas do fim do contrato entre a PMA e a Torre. Entre as acusações, estariam supostas práticas de improbidade administrativa. No último dia 16, ao recomendar a suspensão temporária do contrato PMA-Cavo, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Clóvis Barbosa de Melo, deixou claro que encontrou "indícios do cometimento de crime" por parte da Comissão de Licitação e da presidência da Emsurb, o que motivou o encami-

nhamento de mais documentos ao MPE para "a tomada de medidas criminais junto ao Poder Judiciário".

Polícia - Por sua parte, a Polícia Civil confirmou ontem que abriu mesmo o inquérito para investigar possíveis irregularidades na licitação e no contrato com a Cavo. A delegada Danielle Garcia Soares, responsável pelo Deotap, já pediu uma série de documentos à PMA e à Emsurb, incluindo os editais de licitação, o contrato assinado e as propostas apresentadas pela Cavo e outras empresas concorrentes. Também foi pedido que a Prefeitura entregue as imagens do circuito interno de TV do prédio onde aconteceu o pregão emergencial, em 9 de março. Ontem mesmo, o presidente da Emsurb, João Paulo Sobral, esteve na Deotap acompanhado por advogados, prestou um primeiro depoimento e garantiu que "tudo será esclarecido".

O porta-voz da Secretaria da Segurança Pública (SSP), Lucas Rosário, acrescenta que a delegada pediu cópias das autuações feitas pela Adema em 14 de março nas unidades de resíduos da Estre em Nossa Senhora do Socorro (Grande Aracaju) e Rosário do Catete (Vale do Continguiuba). Durante a operação, apoiada por soldados da Polícia Militar, três caminhões usados pela Cavo foram apreendidos por não terem autorização para transporte de lixo, enquanto seus respectivos motoristas foram levados à Delegacia de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (Deprocoma) e autuados com base na Lei de Crimes Ambientais.

Segundo Lucas, a "falta de estrutura inicial adequada" para a coleta do lixo por parte da Cavo, principalmente de equipamentos e pessoal treinado, foi um dos aspectos que chamaram a atenção da polícia. A denúncia também partiu de uma representação criminal encaminhada pela Torre. "O objetivo é verificar quais são os indícios e as provas convincentes a respeito de algum tipo de irregularidade na contratação desta empresa para a coleta de lixo na capital. A tendência é de que haja um desdobramento nos próximos dias sobre o inquérito", afirma o porta-voz, prevendo que os documentos pedidos à Emsurb e à Adema sejam entregues em uma semana. Já o inquérito em si pode durar cerca de um ou dois meses. (Gabriel Damásio)